

Postes de Alta Tensão

30-Jun-2010

Opinião

Texto de Maria da Graça M. Pinto

Numa magnífica tarde de sábado, em tempo de quase Verão, deslocámo-nos à Quinta de Sta Eufémia na zona de Lamego, em plena região vinhateira do Douro. A beleza e grandiosidade da paisagem não pode, a nosso ver, deixar ninguém indiferente. Alcandoradas nas encostas escarpadas e imponentes, serpenteiam vinhas plantadas cuidadosamente por quem, com engenho e arte, e em sintonia com a natureza, produz esse maravilhoso néctar, reconhecido internacionalmente, que é o vinho da região.

A importância da preservação desta paisagem natural e humana, foi consagrada internacionalmente, pelo que esta zona é considerada Património Mundial.

Que privilégio podermos desfrutar desta visão! Entretanto, no horizonte, surge uma amálgama de estruturas gigantes e de fios que entrecruzando-se numa espécie de novelo de Ariane, impõem-se de forma invasiva à paisagem e à agredem o equilíbrio entre a natureza e as gentes que, de há muito, labutam nesses lugares.

São postes de alta tensão, ali implantados pela REN num percurso de cerca de 15km, no meio das vinhas e próximo de povoações, revela das populações. Segundo uma habitante da zona, surgem como cogumelos, de um dia para o outro. A REN para torcer as normas internacionais, que impõem que numa distância superior a sete KM a obra deve ser precedida de um estudo de impacto ambiental dividiu o trajecto em troços.

Não se trata dos moinhos de vento que D. Quixote na obra de Cervantes confunde com terríveis inimigos, mas de gigantescas estruturas reais e agressivas de um património natural e humano cuja importância é reconhecida por instâncias internacionais.

O acesso aos bens, que representam uma conquista da humanidade, como a electricidade não pode, quanto a nós, fazer-se à custa do respeito pelo ambiente e muito menos, pôr em causa o bem-estar das mesmas populações que, deveriam ser ao razão de ser do progresso.

A sobreposição dos ditames do lucro fácil e imediato ao equilíbrio paisagístico e o desrespeito pelo direito nacional e internacional por parte da REN, terá, certamente, com a cumplicidade do governo.

E porque a actividade económica não pode sobrepor-se à lei e ao bom senso, queremos acreditar que ainda seja possível inflectir na decisão e encontrar alternativas para que se ponha ao cobro a este atentado ambiental! Haja vontade e coragem política para o fazer!

Maria da Graça Marques Pinto

Â Â Â